



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

169
106
P

SEXTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 190597-7

AGRAVANTE: GRUPO SERVIÇOS DE MEDICINA LTDA

AGRAVADA: ÉLIDA CARLA VIANA DA SILVA

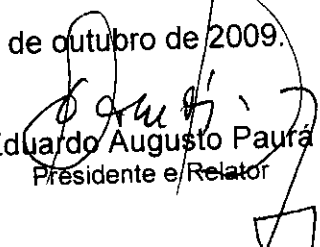
RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – SEGURO SAÚDE – RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA AO SEGURADO. MANTIDA A DECISÃO DE RESTABELECIMENTO IMEDIATO DO SEGURO - RECURSO NÃO PROVIDO, JULGANDO-SE PREJUDICADO O AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento nº 0190597-7, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar provimento ao presente recurso, declarando a prejudicialidade, por efeito expansivo, do agravo regimental nº 190597-7/01 (em apenso), nos termos do voto do Des. Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante deste julgado (sessão realizada em 13/10/2009).

Recife, 16 de outubro de 2009.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

170
100
JK

SEXTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 190597-7

AGRAVANTE: GRUPO SERVIÇOS DE MEDICINA LTDA

AGRAVADA: ÉLIDA CARLA VIANA DA SILVA

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

RELATÓRIO

Cuida-se de agravo de instrumento em face da decisão interlocutória, pela qual o douto magistrado deferiu, em parte, a pretensão autoral e determinou que a seguradora/demandada restabelecesse imediatamente o seguro-saúde da beneficiária de seguro saúde coletivo, e emitisse os necessários boletos das mensalidades vincendas a serem pagos pela demandante, no valor apontado no contrato coletivo descrito na inicial.

Em suas razões, fls. 02/06, a recorrente alega que a decisão merece reforma por ser contrária aos dispositivos legais pertinentes à espécie e às provas dos autos.

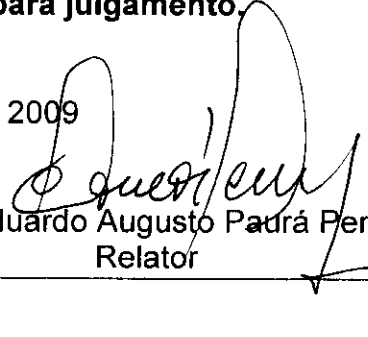
Entendendo ausentes os requisitos autorizadores, a pretensão liminar foi indeferida, contra a qual foi interposto agravo regimental (em apenso).

Devidamente intimada, a agravada apresentou contra-razões, fls. 91/96, requerendo o não provimento do recurso.

É o relatório.

Considerando tratar-se de agravo de instrumento a não ensejar revisão, inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 14 de setembro 2009


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

171 / 107

SEXTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 190597-7

AGRAVANTE: GRUPO SERVIÇOS DE MEDICINA LTDA

AGRAVADA: ÉLIDA CARLA VIANA DA SILVA

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

VOTO

Senhores (as) Desembargadores (as),
Senhor (a) Procurador (a)

Não logra prosperar o inconformismo da agravante.

Como já consignado na decisão denegatória de atribuição de efeito suspensivo, antes de proceder ao cancelamento do seguro saúde coletivo mantido entre a seguradora ré e a empresa na qual a recorrida trabalha, a recorrente deveria ter notificado a beneficiária acerca do cancelamento do seguro em tela, colocando, se for o caso, à disposição da mesma plano ou seguro de assistência à saúde na modalidade individual ou familiar.

A operadora/recorrente não pode simplesmente rescindir o contrato com a pessoa jurídica estipulante e deixar a beneficiária/agravada sem a devida prestação dos serviços de assistência médico-hospitalar, levando-a a uma situação de insegurança e instabilidade. Tal conduta afronta as normas protetivas do Direito do Consumidor.

A disponibilidade ou não de plano/seguro de contratação individual é matéria de mérito a ser debatida na ação principal.

Por outro lado, está mais do que evidenciado o dano irreparável ou de difícil reparação inverso, na medida em que se busca salvaguardar a saúde e a vida da recorrida, que, segundo consta dos autos, foi acometida de enfermidade grave necessitando de dar continuidade ao tratamento indicado, não podendo aguardar o

desate da lide ao final.

172/108

Por tudo anteriormente exposto, a manutenção da decisão de primeira instância em todos os seus termos é medida que se impõe.

Finalmente, em consideração ao efeito expansivo do julgamento do presente agravo, declaro prejudicada a apreciação do agravo regimental de nº 190597-7/01 (em apenso).

Com tais considerações, voto no sentido de negar provimento ao recurso em tela.

É como voto.

Recife, 13 de Outubro de 2009.

Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator